



PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHEIRO TUTELAR

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

**CONSELHEIRO TUTELAR  
PROVA “1”**

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- Você recebeu do fiscal o seguinte material:  
1 Caderno com o enunciado das 50 questões de múltipla escolha, sem repetição;  
1 CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas das questões da prova;  
1 CARTÃO RASCUNHO destinados às respostas das questões da prova para o candidato;
- Verifique se este material está em ordem e coloque o seu nome neste caderno e assine-os. Caso contrário notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.
- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, a caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul, devendo, também, assinalar no espaço próprio, o gabarito correspondente à sua prova.
- No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita com o preenchimento completo do retângulo com caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.
- Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA, pois ele não será substituído.
- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma corresponde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão. **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA.**
- **SERÁ ELIMINADO** do Processo o candidato que: Utilizar durante a realização das provas de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, headphones, telefones celulares ou fontes de qualquer espécie;
- Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA.**
- Quando terminar, entregar ao fiscal **OS CARTÕES-RESPOSTA**. O candidato somente poderá retirar-se da sala após haver transcorrido, no mínimo, 1 (uma) hora do início da prova, levando consigo, somente, o **CARTÃO RASCUNHO e CADERNO DE QUESTÕES.**
- O tempo disponível para esta prova de questões objetivas é de 4 (quatro) horas.
- Não se esqueça de assinar o Cartão Resposta.



**PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHEIRO TUTELAR**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

1 - Baseando-se na Lei nº 12.696/2012 que alterou a Lei nº 8.069/90, em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá:

- a) no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos.
- b) no mínimo, 2 (dois) Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos.
- c) no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 6 (seis) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos.
- d) no mínimo, 2 (dois) Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, composto de 6 (seis) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos.
- e) no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 2 (dois) anos.

2 - Junto ao Conselho Tutelar é permitida:

- a) 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- b) 1 (uma) recondução, mediante renovação do contrato.
- c) 2 (duas) reconduções, mediante novo processo de escolha.
- d) 2 (duas) reconduções, mediante renovação do contrato
- e) 1 (uma) recondução, mediante decisão do Judiciário.

3 - Dentre os direitos do Conselheiro Tutelar está contido:

- a) Auxílio transporte.
- b) Seguro de vida.
- c) Cobertura previdenciária.
- d) Auxílio funeral.
- e) Auxílio refeição.

4 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá:

- a) Em data a ser definida em cada Município.
- b) Em data a ser definida pelo poder Judiciário.
- c) Em data a ser definida pela população.
- d) Em data unificada em todo o território Nacional.
- e) Em data a ser definida pelo órgão público Municipal.

5 - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato alguns procedimentos, dentre eles:

- a) Ter parentes que votem.
- b) Ter amigos que votem.
- c) Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

- d) Fazer campanha divulgando sua candidatura.
- e) Todas estão incorretas.

6 - Em conformidade com o art. 4º do ECA de quem é o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária?

- a) Exclusivamente do poder judiciário.
- b) Da administração pública Municipal, somente.
- c) Somente da administração pública Estadual.
- d) Da família e da comunidade, excepcionalmente.
- e) Da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.

7 - Conforme art. 10. do ECA, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de:

- a) Cinco anos.
- b) Dez anos.
- c) Quinze anos.
- d) Dezoito anos.
- e) Vinte anos.

8 - Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados em conformidade com o artigo 13 do ECA:

- a) À delegacia do Município.
- b) Ao Poder Judiciário.
- c) Ao Conselho Tutelar.
- d) Ao Ministério Público.
- e) Nenhuma das alternativas.

9 - As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas:

- a) Ao Poder Público.
- b) Ao Ministério Público.
- c) A Casa abrigo.
- d) À Justiça da Infância e da Juventude.
- e) Nenhuma das alternativas.

10 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo:

- a) Somente a preservação da imagem
- b) A preservação da imagem e da identidade, sempre.
- c) A preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- d) As ideias e as crenças, eventualmente.
- e) Nenhuma das alternativas

11 - O artigo 19 do ECA prevê que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada:



**PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHEIRO TUTELAR**

- a) A convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- b) A convivência com outras crianças, em ambiente comum à presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- c) A convivência familiar e solitária, se assim a criança desejar.
- d) A convivência comunitária, em ambiente ludibriante.
- e) A convivência familiar e comunitária, em ambiente comum à presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

12 – Conforme Art. 22. do ECA aos pais incumbe o dever de:

- a) Cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais, somente.
- b) Educação dos filhos maiores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
- c) Sustento, e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, sem o interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
- d) Sustento e guarda dos filhos menores e maiores, bem como a obrigação de cumprir as determinações judiciais.
- e) Sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

13 - A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade:

- a) De tutela.
- b) De guarda.
- c) De adoção.
- d) De tutela, de guarda e de adoção.
- e) Nenhuma das alternativas.

14 – Qual é o meio que o poder público estimulará o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado?

- a) Somente através de incentivos fiscais.
- b) Somente através de subsídios.
- c) Somente através de assistência jurídica.
- d) Através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

15 - A adoção atribui a condição de filho ao adotado:

- a) Com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios.
- b) Sem os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios.
- c) Com alguns direitos e deveres definidos em lei
- d) Com os mesmos direitos, porém sem os mesmos deveres.
- e) Nenhuma das alternativas.

16 – Somente podem adotar os maiores de:

- a) Dezoito anos, independente do estado civil.
- b) Dezoito anos, caso o seu estado civil seja casado.
- c) Vinte e um anos, independentemente de estado civil.
- d) Vinte e um anos, caso o seu estado civil seja casado.
- e) Vinte e cinco anos, independentemente de estado civil.

17 - A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo:

- a) De três meses.
- b) De seis meses.
- c) De um ano.
- d) De dois anos.
- e) Que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso.

18 – Em que caso o estágio de convivência poderá ser dispensado:

- a) Se o adotando requerer ao Poder Judiciário.
- b) Se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo.
- c) Se a criança ou adolescente tiver idade entre 7 e 15 anos.
- d) Se a criança ou adolescente tiver idade entre 7 e 18 anos.
- e) Nenhuma das alternativas.

19 – Em se tratando de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência, cumprido no território nacional, será de:

- a) No mínimo, 30 (trinta) dias.
- b) No máximo, 30 (trinta) dias.
- c) No mínimo, 60 (sessenta) dias.
- d) No máximo, 60 (sessenta) dias.
- e) No mínimo, 120 (cento e vinte) dias.

20 – Quanto ao registro de certidão do adotado:

- a) Deverá constar o nome dos pais de origem e dos adotantes.
- b) O registro não deverá ser refeito.
- c) Nenhuma observação sobre a origem.
- d) Fica a critério do adotante, alterar seu registro de certidão.
- e) Fica a critério do adotado, alterar seu registro de certidão.

21 - O acesso ao processo de adoção poderá ser deferido ao adotado menor de \_\_\_\_\_, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica. A alternativa que preenche a lacuna corretamente é:

- a) 14 anos.
- b) 15 anos.
- c) 16 anos.
- d) 17 anos.
- e) 18 anos.



**PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHEIRO TUTELAR**

22 - A autoridade judiciária providenciará, no prazo de \_\_\_\_\_, a inscrição das crianças e adolescentes em condições de serem adotados que não tiveram colocação familiar na comarca de origem, e das pessoas ou casais que tiveram deferida sua habilitação à adoção nos cadastros estadual e nacional referidos no § 5o do artigo 50 do ECA, sob pena de responsabilidade. A alternativa que preenche a lacuna corretamente é:

- a) 24 horas.
- b) 36 horas.
- c) 48 horas.
- d) 60 horas.
- e) 72 horas.

23 - Quem têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino:

- a) O Conselho Tutelar.
- b) O poder Judiciário.
- c) A Vara da Infância e da Juventude.
- d) O poder público municipal.
- e) Os pais ou responsável.

24 - Conforme o Art. 63 do ECA a formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III - horário especial para o exercício das atividades.

Está correta:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I, II e III

25 - Conforme o Art. 67 do ECA ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

- I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
- II - perigoso, insalubre ou penoso;
- III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
- IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Está correta:

- a) I, III, IV.
- b) I e IV.
- c) II, III.
- d) Todas as alternativas.
- e) Nenhuma das alternativas.

26 - É proibido qualquer trabalho a menores de \_\_\_\_\_, salvo na condição de aprendiz. A alternativa que preenche a lacuna corretamente é:

- a) Doze anos de idade.
- b) Quatorze anos de idade.
- c) Quinze anos de idade.
- d) Dezesesseis anos de idade.
- e) Dezesete anos de idade.

27 - As crianças menores de \_\_\_\_\_ somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável. A alternativa que preenche a lacuna corretamente é:

- a) Dez anos.
- b) Doze anos.
- c) Catorze anos.
- d) Dezesesseis anos.
- e) Dezesete anos.

28 - A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização para viajar válida por:

- a) Seis meses.
- b) Um ano.
- c) Dois anos.
- d) Quatro anos.
- e) Cinco anos.

29 - Conforme art. 88 do ECA são diretrizes da política de atendimento:

- I - municipalização do atendimento;
- II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;
- III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;
- V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;
- VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

Está correta:

- a) Todas as alternativas.
- b) Nenhuma das alternativas.



PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHEIRO TUTELAR

- c) I, III e VI.  
d) I, II, III, V e VI.  
e) II, III e IV.

30 – Conforme art. 90 do ECA as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;  
II - apoio sócio-educativo em meio aberto;  
III - colocação familiar;  
IV - acolhimento institucional;  
V - prestação de serviços à comunidade;  
VI - liberdade assistida;  
VII - semiliberdade; e  
VIII - internação.

Está correta:

- a) I, III, IV, VI, VII.  
b) I, IV, VII.  
c) I, II, III, VI.  
d) Todas as alternativas.  
e) Nenhuma das alternativas

31 - Art. 91. As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade. O registro terá validade máxima de:

- a) 1 ano.  
b) 2 anos.  
c) 4 anos.  
d) 5 anos.  
e) 6 anos.

32 - Os dirigentes de entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional remeterão à autoridade judiciária, no máximo a cada \_\_\_\_\_, relatório circunstanciado acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e sua família, para fins da reavaliação. A alternativa que preenche a lacuna corretamente é:

- a) 2 meses.  
b) 4 meses.  
c) 6 meses.  
d) 8 meses.  
e) 10 meses.

33 – Conforme art. 95 do ECA, as entidades governamentais e não-governamentais serão fiscalizadas pelo:

- a) Órgão público Municipal.  
b) Conselho Tutelar.  
c) Poder Judiciário.  
d) Poder Judiciário e Conselho Tutelar.  
e) Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

34 – Conforme art. 97 do ECA são medidas aplicáveis às entidades governamentais de atendimento que

descumprirem obrigação constante do art. 94, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos:

- I - advertência;  
II - afastamento provisório de seus dirigentes;  
III - afastamento definitivo de seus dirigentes;  
IV - fechamento de unidade ou interdição de programa.

Está correta:

- a) II, IV.  
b) I, II e IV.  
c) Todas as alternativas.  
d) I e II.  
e) I, II e IV.

35 – Conforme Art. 98 do ECA, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados.

Está correto neste artigo:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;  
II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;  
III - em razão de sua conduta.

- a) I.  
b) II e III.  
c) III.  
d) I e III.  
e) I, II e III.

36 - O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, que:

- a) Não implica na privação de liberdade.  
b) Implica na privação de liberdade.  
c) Implica parcialmente na privação de liberdade, como saídas noturnas ou não acompanhadas  
d) O que determina se implica ou não é a regra interna do abrigo  
e) Nenhuma das alternativas está correta

37 - Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de:

- a) Um ofício do Poder Judiciário.  
b) Uma Guia de Acolhimento.  
c) Um mapa de acolhimento.  
d) Um ofício de encaminhamento.  
e) Uma guia de encaminhamento.

38 - Conforme Art. 232. do Eca, submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento está sujeito a pena de:

- a) Detenção de seis meses a um ano.  
b) Detenção de seis meses a dois anos.  
c) Detenção de seis meses a quatro anos.  
d) Detenção de um ano a dois anos.  
e) Detenção de um ano a quatro anos.





**PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHEIRO TUTELAR**

39 - Verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de, \_\_\_\_\_decidindo em igual prazo. A alternativa que melhor preenche a lacuna é:

- a) 1 (um) dia.
- b) 2 (dois) dias.
- c) 3 (três) dias.
- d) 5 (cinco) dias.
- e) 10 (dez) dias.

40 - Terão acesso ao cadastro contendo informações atualizadas sobre as crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional:

- a) O Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.
- b) O Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.
- c) O Ministério Público, o Conselho Tutelar e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.
- d) O Ministério Público e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.
- e) Nenhuma das alternativas.



PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHEIRO TUTELAR

CONHECIMENTOS GERAIS

Os textos abaixo tratam de assuntos recentes que veiculam os noticiários e vão de encontro ao assunto sobre crianças e adolescentes. Baseado nos textos, responda as questões de número 41 a 50:

29 de junho de 2015 - 15h11

**Estudantes ocupam Brasília contra a redução da maioria penal**

**A PEC 171, da redução da maioria penal de 18 para 16 anos, será votada nesta terça-feira (30). Estudantes de todo o Brasil já chegaram na capital federal para fazer uma grande marcha contra a redução. O mobilização feita pela Ubes e pela UNE tem tido adesão em massa e a juventude não para de chegar em Brasília para defender o futuro do país.**

As entidades argumentam que a redução da maioria penal não vai afetar em nada o colapso da segurança pública, pelo contrário, só vai inserir o jovem cada vez mais cedo no crime. Outros países que tomaram essa decisão não viram melhoras na redução da violência e tentam hoje até reverter o quadro. "É preciso compreender que o futuro do Brasil está longe das penitenciárias, que o nosso atual sistema está falido e não tem condições de recuperar jovens dentro de presídios com criminosos mais experientes", diz o comunicado das entidades na internet.

Para a Ubes e para a UNE a tentativa do Congresso conservador e reacionário de enclausurar os jovens cada vez mais cedo é uma irresponsabilidade com a juventude. As entidades defendem medidas preventivas e políticas públicas capazes de manter o jovem inserido num quadro social onde ele não tenha a necessidade de cometer crimes.

"Mais eficiente do que propor redução da idade penal para 16 anos ou até menos, seria implementar, de fato, soluções que previnam a criminalidade, como escolas mais atrativas e de tempo integral, popularização das universidades, assistência estudantil, saúde, meia-entrada para o acesso ao lazer, à cultura e ao esporte, mais políticas públicas para a juventude", defendem.

As entidades convocam os estudantes de todo o Brasil a participarem da marcha contra a redução e a fazer mobilizações em suas cidades.

<http://www.vermelho.org.br/noticia/266447-8>

**Após 10 dias internada, morre garota vítima de estupro coletivo no Piauí**

**Adolescente é uma das quatro vítimas do crime que chocou Castelo do PI. Garota chegou a passar por três cirurgias e transfusão, mas não resistiu.**

Morreu no início da noite deste domingo (7) uma das quatro garotas vítimas do estupro coletivo que aconteceu na cidade de Castelo do Piauí. De acordo com o diretor do Hospital de Urgência de Teresina, Gilberto Albuquerque, a adolescente de 17 anos passou 10 dias internada, cinco destes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), mas não resistiu.

Conforme o diretor, a adolescente teve esmagamento da face do lado direito, lesões pelo pescoço e traumatismo torácico. Mesmo após procedimentos cirúrgicos, a equipe médica não conseguiu evitar as complicações em decorrência das hemorragias.

A garota e mais três amigas foram agredidas, violentadas e arremessadas do alto de um penhasco com mais de 10 metros de altura no dia 27 de maio. O crime chocou a população.

Segundo o diretor clínico do hospital, Fábio Marcos de Sousa, antes da retirada da sedação, uma nova cirurgia foi realizada para desobstrução de artérias da região cervical que impedia a oxigenação do cérebro.

"Ela sofreu fraturas extensas na face e uma grave lesão na região do pescoço. Foram feitas algumas cirurgias para conter a lesão e mais uma intervenção ocorreu para impedir o processo de isquemia (redução do fluxo de sangue)", disse.

A adolescente sofreu um afundamento da face em virtude do espancamento. Ela foi submetida ao procedimento cirúrgico, logo depois precisou de transfusão de sangue por conta de uma hemorragia devido as pancadas no tórax e pescoço.

A complicação do estado de saúde da garota levou centenas de pessoas até o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí (Hemopi), onde fizeram doação de sangue para a vítima.

Sobre o estado de saúde das outras duas garotas que estão internadas no HUT, Gilberto Albuquerque afirmou que elas estão conscientes. Na quarta-feira (3), a outra paciente de 17 anos que também estava na UTI melhorou e os médicos decidiram encaminhá-la para a unidade de cuidados intermediários. A terceira menina foi transferida para um hospital particular onde passou por uma cirurgia para retirar fragmentos de ossos na cabeça. Segundo informações de uma tia, a jovem permanece internada, pois os médicos querem acompanhar o quadro clínico. A garota está consciente e seu estado de saúde é considerado estável.

**Entenda o caso**

O crime bárbaro chocou a população da cidade de Castelo do Piauí, a 190 Km de Teresina. Quatro adolescentes foram brutalmente agredidas, estupradas e amarradas no dia 27 de maio. De acordo com as polícias civil e militar, as garotas teriam saído para tirar fotos em um ponto turístico distante alguns quilômetros da zona urbana, quando foram rendidas por cinco pessoas.



**PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHEIRO TUTELAR**

Logo após o crime a polícia apreendeu quatro menores, sendo que dois deles confessaram o crime e contaram, em depoimento, os detalhes sobre a ação criminosa. As vítimas, duas garotas de 17 anos, uma de 16 e outra de apenas 15 anos foram encontradas algumas horas depois do crime e foram levadas ao hospital de Castelo e logo depois transferidas para o Hospital de Urgência de Teresina (HUT). Uma delas está em estado grave na Unidade de Terapia Intensiva com traumatismo craniano. No dia do crime, o clima de revolta tomou conta da cidade. Vários populares se aglomeraram na porta da delegacia e chegaram a atear fogo em pneus em protesto pela falta de segurança. Quatro adolescentes suspeitos de participação no crime foram detidos horas após a barbárie. O quinto suspeito, Adão José de Sousa, 40 anos, foi preso dois dias depois pela Polícia Militar quando tentava entrar na cidade de Campo Maior, a 90 km de Teresina. Atualmente os quatro menores estão recolhidos no Centro de Internação Provisória de Teresina (CEIP). Eles responderão pelos atos infracionais equivalentes aos crimes de tentativa de feminicídio, associação criminosa e, caso comprovada, pela prática de estupro. Segundo a polícia, os adolescente deverão pegar a pena máxima prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é de três anos de internação. Já Adão José de Sousa está preso na Penitenciária Provisória de Altos. A previsão é que o julgamento dos menores aconteça ainda esta semana.  
<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/06/apos-10-dias-internada-morre-garota-vitima-de-estupro-coletivo-no-piaui.html>

**Menina estuprada por 3 em escola pediu 'desculpa' para a mãe**

"Minha primeira atitude foi cobrir a minha filha com todo o amor que eu tenho." Foi desta forma que a mãe da estudante de 12 anos, estuprada por outros três adolescentes dentro do banheiro de uma escola estadual no Jardim Miriam, na zona sul de São Paulo, reagiu aos pedidos de desculpa da menina ao dizer para a família que havia sido vítima de um ataque sexual que durou 50 minutos.

"Ela só me pedia desculpas e se sentia muito culpada pelo que tinha acontecido com ela. Nós da família estamos sofrendo muito, mas quem fecha os olhos e se lembra de tudo o que acontece é ela, por isso vamos continuar dando todo o nosso amor para que ela volte ser contagiada por sentimentos bons", disse a mãe da vítima. A aluna da 7ª série do ensino fundamental da Escola Estadual Leonor Quadros, foi estuprada na tarde do último dia 12. Nos dias seguintes ao ataque, um dos adolescentes que participou da agressão sexual, ainda procurou a menina no Facebook.

"Ele mandou uma mensagem dizendo que não tinha sido ele. Minha filha ainda teve o sangue frio de responder, falando que olhou nos olhos dele e sabia muito bem o que o menino tinha feito." Filha de família evangélica, a estudante fazia aulas de break na igreja que a família frequenta, além de participar de um grupo de dança de rua. Caseira, a menina gostava de ouvir música, assistir programas de culinária e tinha o sonho de ser psicóloga.

"Meu medo é que tenham tirado o brilho da minha filha. Ela é apenas uma criança linda, sem maldade nenhuma e que agora passa o dia na cama sentindo os efeitos colaterais dos remédios que precisa tomar. O corpo dela ainda é muito frágil para tanto medicamento", contou a mãe. Por um mês, a menina que até então era virgem, terá que ingerir coquetéis para não engravidar ou pegar doenças sexualmente transmissíveis.

Após ser estuprada, a vítima saiu do banheiro masculino por um portão que dá acesso ao pátio e procurou um inspetor. Segundo a mãe, o funcionário achou que a menina estivesse cabulando aula e a fez aguardar no local. "Nessa hora, ela desmaiou e só então a escola teve noção do que tinha acontecido." A jovem foi colocada dentro de um ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Primeiro, foi levada ao Hospital Municipal Doutor Arthur Saboya, no Jabaquara, também na zona sul, para só depois ser encaminhada para o Hospital Pérola Byington, especializado no atendimento às vítimas de violência sexual. O caso foi registrado no 78º DP (Jardins), o mais próximo da unidade de saúde e, em seguida, encaminhado para o 97º DP (Imigrantes) que é responsável pela investigação.

A Secretaria de Estado da Educação disse que abriu uma "apuração preliminar para averiguar a conduta da direção da escola". Para a mãe, a unidade de ensino foi omissa. "Eles tinham que ter acreditado nela na hora e chamado a polícia. Se o estupro não tivesse saído na imprensa, o caso não estaria sendo esclarecido com a mesma velocidade dos últimos dias. Bastava alguém ligar para o 190."

**Vulnerável**

Apenas um dos adolescentes conhecia a vítima. Segundo a mãe, a filha disse que foi ele quem liderou o ataque e incentivou outros dois jovens a participarem do estupro. "Eles tiraram toda a roupa dela. Nessa quase uma hora que ela ficou no banheiro, em nenhum momento ela desmaiou. Infelizmente ela se lembra de tudo o que aconteceu." Os adolescentes faziam uma espécie de revezamento. Enquanto um segurava a porta, outros dois estupravam a menina.

No dia seguinte, a estudante ainda teve que voltar na escola. O diretor da unidade mostrou fotos dos meninos. A vítima reconheceu na hora, teve uma crise de choro e foi levada para casa imediatamente pela mãe e um tio. Nesta terça-feira, 19, a jovem foi no 97º DP prestar depoimento pela primeira vez. No local, ela fez o reconhecimento fotográfico de um dos adolescentes. Os policiais precisaram deixar os dois em ambientes separados, já que o menor chegou à delegacia enquanto a estudante ainda estava no local.





**PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHEIRO TUTELAR**

Nesta quarta-feira, 20, a Polícia Civil deve encaminhar um inquérito para a Vara da Infância e Juventude, órgão responsável por pedir a internação dos adolescentes na Fundação Casa. O laudo médico comprovou que a estudante ficou com ferimentos na região genital. Pouco antes do caso ser divulgado, um dos menores se mudou com a família e até agora não foi localizado.

<http://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2015/05/20/menina-estuprada-por-3-em-escola-pediu-desculpa-para-a-mae.htm>

41 – O que vem a ser a PEC 171:

- a) Redução da maioridade penal de 18 para 14 anos.
- b) Redução da maioridade penal de 18 para 15 anos.
- c) Redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.
- d) Redução da maioridade penal de 18 para 17 anos.
- e) Nenhuma das alternativas.

42 - Conforme a frase abaixo, a defesa contra a PEC é no sentido de que:

“...a redução da maioridade penal não vai afetar em nada o colapso da segurança pública, pelo contrário, só vai inserir o jovem cada vez mais cedo no crime”

- a) Com a redução penal, só haverá a inserção do jovem cada vez mais cedo no mundo do crime.
- b) Acabar com os abrigos institucionais.
- c) Acabar com a casa lar.
- d) Acabar com a família substituta.
- e) Nenhuma das alternativas.

43 - As entidades defendem quais ações substituindo a maioridade penal?

- a) Implantação de um maior número de entidades sociais.
- b) Aumento nos repasses financeiros a entidades sociais.
- c) Aumento do número de escola em regime integral, evitando assim que o jovem permaneça nas ruas.
- d) Medidas preventivas e políticas públicas capazes de manter o jovem inserido num quadro social onde ele não tenha a necessidade de cometer crimes.
- e) Nenhuma das alternativas.

44 – As entidades sugerem algumas soluções que previnam a criminalidade:

- a) Escola em regime integral, evitando assim que o jovem permaneça nas ruas.
- b) Maior incentivo às empresas para a contratação de aprendizes, aumentando também a fiscalização sobre elas.
- c) Como escolas mais atrativas e de tempo integral, popularização das universidades, assistência estudantil, saúde, meia-entrada para o acesso ao lazer, à cultura e ao esporte, mais políticas públicas para a juventude.
- d) Bolsa de estudo aos jovens em cursos profissionalizantes.
- e) Nenhuma das alternativas.

45 - A PEC 171 da redução da maioridade penal, foi votada pelo Congresso Nacional em qual data:

- a) 15 de junho.
- b) 30 de junho.
- c) 15 de julho.

- d) 30 de julho.
- e) 15 de agosto.

46 – Na segunda matéria aqui veiculada e intitulada como “após 10 dias internada, morre vítima de estupro coletivo no Piauí”, segunda o ECA a pena máxima que pode ser aplicada ao adolescente é:

- a) 1 ano de internação.
- b) 2 anos de internação.
- c) 3 anos de internação.
- d) 4 anos de internação.
- e) Nenhuma das alternativas.

47 – Para casos como o primeiro texto noticiado, a PEC171 busca mudanças onde seria possível que, aos jovens fossem determinados que respondessem ao crime cometido:

- a) Em liberdade.
- b) Não responderiam ao crime.
- c) Detentos.
- d) Com pagamento de pena alternativa, como cestas básicas.
- e) Com serviço comunitário.

48 – Crimes como os noticiados acima podem ocasionar as vítimas:

- I) Poderá ocasionar depressão;
- II) Sentimentos como medo, vergonha, e isto depende muito de como o problema é enfrentado e do apoio a vítima por parte principalmente da família
- III) Medo de sair às ruas.
- IV) Perca da vontade ou mesmo medo de se relacionar com pessoas.

Está correto a alternativa:

- a) I
- b) II
- c) II e IV
- d) Nenhuma das alternativas
- e) Todas as alternativas

49 – No segundo caso noticiado, a Polícia Civil deve encaminhar um inquérito ao órgão responsável por pedir a internação dos adolescentes na Fundação Casa. Quem é este órgão:

- a) Conselho Tutelar.
- b) Poder Judiciário.
- c) Órgão Público.
- d) Delegado de Polícia que atendeu ao caso.
- e) Vara da Infância e Juventude.

50 – Diante dos fatos noticiados, o que leva pessoas a se reunirem contra a PEC 171?



**PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHEIRO TUTELAR**

- I) As entidades argumentam que a redução da maioria penal não vai afetar em nada o colapso da segurança pública.
- II) que o nosso atual sistema está falido e não tem condições de recuperar jovens dentro de presídios com criminosos mais experientes.
- III) As entidades defendem medidas preventivas e políticas públicas capazes de manter o jovem inse-

rido num quadro social onde ele não tenha a necessidade de cometer crimes.

Está correta a alternativa:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) Todas as alternativas



**PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHEIRO TUTELAR**



**PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHEIRO TUTELAR**

**REALIZAÇÃO:**



**MUNICÍPIO DE MARÍLIA**

**CONSEHO MUNICIPAL DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Consultoria**EGP**  
Empresa de Gestão Pública

[www.consultoriaegp.com.br](http://www.consultoriaegp.com.br)